Sem enfrentar o racismo ambiental, não existe projeto de cidade



» MAX MACIEL
Pedagogo e deputado distrital reeleito pelo PSol

É tempo de debatermos a cidade que queremos e de garantirmos recursos para viabilizá-la. A Câmara Legislativa está para votar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), podemos definir como o dinheiro público será investido. Dentre tantas pautas importantes para o DF, como saúde, educação e mobilidade, existe uma questão ainda ausente do debate público: o racismo ambiental.

Enquanto esse tema permanecer invisível, continuaremos discutindo apenas os efeitos da desigualdade, sem enfrentar suas causas. Muita gente acredita que racismo ambiental diz respeito apenas à natureza ao redor, mas não é. Na verdade, é compreender quem convive diariamente com enchentes, calor extremo, falta de árvores, esgoto a céu aberto, rios contaminados e infraestrutura precária. E, principalmente, entender por que isso acontece sempre nos mesmos lugares.

No Brasil, e em especial no DF, a desigualdade tem endereço. Basta comparar o Plano Piloto com a maioria das regiões administrativas. Durante as chuvas, as cidades periféricas param. Durante a seca, o calor se torna quase insuportável. As mudanças climáticas atingem todos nós, mas seus impactos são muito mais severos para quem vive onde o poder público historicamente investiu menos.

Brasília foi construída sobre um projeto urbano profundamente desigual. Enquanto servidores públicos, militares, arquitetos e engenheiros recebiam moradias estruturadas no centro da nova capital, milhares de trabalhadores que ergueram a cidade foram empurrados para ocupações distantes, sem infraestrutura e, posteriormente, removidos para regiões cada vez mais afastadas. Essa segregação territorial permanece até hoje.

As periferias foram planejadas para garantir teto, mas não qualidade de vida. Como se os direitos terminassem na porta de casa. Precisamos de uma cidade que ofereça sombra, parques urbanos, áreas de convivência e espaços públicos onde crianças podem brincar, famílias podem se encontrar e a população pode usufruir do direito à cidade.

A maioria das regiões administrativas possui plano urbanístico. No entanto, o Plano Piloto e os lagos Sul e Norte concentram grande parte da arborização e recebem, com mais frequência, novas mudas de árvores. Já as periferias convivem com menos áreas verdes, mais calor e maior vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Essa desigualdade também se revela na forma como cuidamos do Rio Melchior e do Lago Paranoá. Mesmo sendo importante para o abastecimento de água de grande parte da população, o Melchior, que passa pela Ceilândia e Samambaia, continua recebendo esgoto, resíduos e sofrendo processo de degradação. Já o Lago Paranoá, cercado por grandes mansões, recebe investimentos para manter suas águas apropriadas a banhistas, turistas e usuários de embarcações.

Afirmar que existe racismo ambiental não é dizer que a chuva escolhe onde cair. Mas lembrar que o poder público escolhe, há décadas, onde investir — onde plantar árvores, construir parques, ampliar a drenagem, levar saneamento, recuperar córregos e regularizar bairros. Também escolhe quais territórios podem continuar esperando.

Nossas casas alagam, ruas se transformam em rios e cidades se tornam verdadeiras ilhas de calor porque o planejamento urbano nunca preparou as periferias para enfrentar esses desafios. Garantiram moradia, mas não construíram cidades sustentáveis, humanas e resilientes. Retiraram áreas verdes para dar lugar ao concreto, impermeabilizaram o solo sem investir em drenagem e deixaram a periferia mais vulnerável aos efeitos da crise climática.

No DF, o CEP ainda determina a velocidade com que o Estado chega. Por isso, o racismo ambiental precisa entrar no debate orçamentário. Ainda dá tempo de mudar essa história, mas, para isso, precisamos pensar o desenvolvimento do Distrito Federal a partir das periferias, ouvindo quem mais sente os efeitos da desigualdade territorial e da crise climática, e não apenas a partir da realidade do centro.

É urgente que os deputados e deputadas distritais assumam o compromisso de construir um orçamento que enfrente as desigualdades socioambientais do Distrito Federal. Ignorar o racismo ambiental significa continuar destinando recursos de forma desigual e aceitar que algumas regiões sigam acumulando riscos, enquanto outras concentram investimentos, infraestrutura e qualidade de vida.

Não existe justiça climática sem justiça territorial. E não existe democracia plena enquanto o lugar onde uma pessoa mora continuar determinando o tamanho da proteção que ela recebe do Estado.



Desinteligência abissal



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Tarcísio Gomes de Freitas é um homem de sorte. Aos 51 anos, depois de passar pela Academia Militar das Agulhas Negras, pelo Instituto Militar de Engenharia, pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados e pelo Ministério da Infraestrutura, ele, apesar de carioca, foi eleito governador de São Paulo. Sorte é outro nome de competência. O político, que iniciou sua vida pública como burocrata bem preparado, preferiu não ficar sob o controle de Jair Bolsonaro e se desviou do possível confronto eleitoral com o presidente Lula. Foi reconduzido ao Palácio Bandeirantes com folga, eleito no primeiro turno. Além disso, de repente, as portas da política brasileira se abriram à sua frente.

A incrível falta de visão, e de percepção política, de Flávio Bolsonaro jogou no colo do carioca/paulista a responsabilidade de conduzir os 60 milhões de brasileiros que votaram no filho do Jair. Flávio, conduzido por desinteligência abissal, não entendeu que ele, depois de perder a eleição, havia se transformado no principal líder da oposição no Brasil. Seu partido elegeu 29 senadores, 121 deputados federais e seis governadores estaduais, além de contar com o apoio de milhões de eleitores que ficaram órfãos na política brasileira. Ele seria o principal nome da política brasileira com chances de rivalizar com o presidente da República. Poderia exercer a função de líder de uma oposição numerosa e eficaz. Jogou tudo fora. Preferiu ir para Disneylândia e se alinhar sob o guarda-chuva de Donald Trump.

Suas cartas, desesperadas, publicadas a partir de Miami, demonstram o personagem à procura de um enredo. Ele tenta vender a imagem de exilado político, perseguido pela suposta ditadura existente no Brasil. É uma história que dificilmente irá convencer alguém. Ele concorreu numa eleição livre, falou o que quis, defendeu seus pontos de vista, apareceu na televisão para milhões de brasileiros quando argumentou em favor de seus pontos de vista. E não há ordem de prisão contra ele no Brasil. Flávio não é fugitivo. Além disso, na mesma eleição um irmão foi eleito senador, outro deputado. E a madrasta foi eleita senadora em Brasília. Todos de oposição. E o presidente do seu partido, Valdemar Costa Neto, reconheceu a derrota de acordo com o figurino eleitoral. Nenhuma surpresa.

A reação esquizofrênica de Flávio Bolsonaro vai entrar para a história política brasileira como acidente de percurso da fantástica política do continente. Uma espécie de Jânio Quadros redivivo, com a diferença que o ex-presidente era um homem culto. Jânio renunciou à Presidência da República após oito meses de governo na expectativa de que o povo o chamasse de volta. O povo não apareceu, e ele foi obrigado a embarcar para o exílio no navio cargueiro que o levou para a Inglaterra. Flávio viajou em um jato privado exclusivo, cujo custo alcança milhares de dólares por hora.

O suposto apoio de Javier Milei, presidente da Argentina, e de Daniel Noboa, do Equador, coloca a política latino-americana no nível do deboche. Donald Trump faz curtos comentários sobre a eleição no Brasil, porque está ameaçado de perder a eleição nos Estados Unidos na próxima semana. A guerra do Irã e a eleição em Israel são assuntos mais importantes do que os pequenos problemas no continente. A tentativa de armar um eixo de direita no continente só será realidade se os extremistas norte-americanos conseguirem se manter no poder.

A política brasileira tem seus mistérios. Há fios desencapados, neste momento, que pedem solução. A crise do Supremo Tribunal Federal é séria e profunda. Governo ou oposição terão que tratar do assunto. Flávio Bolsonaro, que mantém o cargo de senador até o final de janeiro de 2027, poderia iniciar as tratativas. Legou aos senadores Rogério Marinho e Teresa Cristina a responsabilidade de conduzir esse enfrentamento. Eles vão comandar a oposição no Congresso. A decisão do ministro Alexandre de Moraes de retirar o passaporte de Flávio Bolsonaro colocou a crise política brasileira na ordem do dia. Aconteceu antes da posse dos novos parlamentares. Tudo foi antecipado.

O presidente Lula, reeleito aos 81 anos, vai governar com outro time. Ele terá que montar um governo mais ao centro, com objetivos definidos, realizações nítidas e obras importantes. É difícil insistir na política de aumentar impostos para compensar gastos extraordinários. O bolsonarismo vai enfrentar o declínio. O PDT, de Brizola, não ultrapassou a cláusula de barreira. O petismo vai sofrer modificações. Os partidos que vivem ao redor de um líder tendem a se extinguir quando ele sai de cena. Outro cenário vai surgir. E, finalmente, o Brasil desfrutará da chance de entrar no século 21.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

Razões do tempo

Em 25 de outubro, o Brasil cumpriu mais uma vez o rito que o define como democracia: foi às urnas, contou os votos e proclamou um vencedor. Às 21h08, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, com 64.256.232 votos, ou 51,79% dos votos válidos, contra 59.826.041 de Flávio Bolsonaro, ou 48,21%. A diferença, de pouco mais de 4,4 milhões de votos, não é a de uma goleada, mas é a de um resultado. E resultados, num sistema eleitoral que se pretende confiável, existem para ser acatados.

Virada merece registro

Flávio terminou o primeiro turno à frente, com 47,03% contra 45,16%. Historicamente, quem chega ao segundo turno na liderança tende a confirmar a vantagem; desta vez, a regra falhou. As pesquisas de reta final apontavam empate técnico e, em algumas, ligeira vantagem numérica do senador. O eleitor, uma vez mais, desmentiu quem tentou antecipar-lhe o veredito e também não acredita em números oficiais e em nenhuma outra instituição do Estado.

Não é anomalia

É a razão de existirem eleições com esse tipo de mecanicidade. Certo é que o país chega a esse desfecho ou a essa encruzilhada dividido ou cingido quase ao meio, e é preciso dizê-lo sem eufemismo. Um resultado de 51,79% a 48,21% é a fotografia de duas metades que votaram com convicção e que, em boa parte, não se reconhecem uma na outra. Nessas condições, o vencedor tem o dever de não confundir maioria com unanimidade, e o derrotado, o de não confundir derrota com roubo. A democracia pede as duas coisas ao mesmo tempo, e raramente as obtém sem esforço.

O que virá depois

O candidato derrotado anunciou que não reconhece o resultado e falou em pedir a anulação do pleito; no dia seguinte, sinalizou que buscará a cassação da chapa vencedora, caminho que ao menos correrá dentro da atual formação da Justiça Eleitoral. No exterior, o quadro é desigual. O presidente Donald Trump afirmou que a eleição brasileira "pareceu fraudada", sem apontar ainda indícios claros. Com isso, a Casa Branca adiou a nota oficial de reconhecimento. Em Buenos Aires, o governo de Javier Milei informou que tomou conhecimento do resultado, mas que não divulgará, por enquanto, nenhum aceno. Antigamente, os colunistas sociais resumiam as querelas entre os personagens dizendo: não convidem para a mesma mesa Milei e Lula. Convém dar às coisas o tamanho que têm.

Diplomacia

Lula acredita que Trump perderá parte significativa de seu poder nessas eleições de meio de mandato. Resta a questão: o tempo pode ser o senhor da razão, mas é também o embaralhador de cartas. Num futuro incerto, tudo o que hoje parece firme pode ser redistribuído: alianças, tarifas, humores, lideranças. Trump recebeu Lula na Casa Branca em maio e, três semanas depois, recebeu Flávio e Eduardo Bolsonaro; a relação, que parecia encaminhada, voltou à crise em agosto. Se a diplomacia oscila assim em poucos meses, quem apostaria o destino de uma eleição na permanência de um silêncio?

Custos

São ao menos quatro custos prováveis. O primeiro é de legitimidade: a dúvida vocalizada por um aliado poderoso alimenta, em parcela do eleitorado, a narrativa de que o resultado é ilegítimo, e governar sob suspeita permanente é um preço real. O segundo é bilateral: a relação com Washington já carregava uma sobretaxa de 25% sobre produtos brasileiros e a classificação de PCC e CV como organizações terroristas, e a ausência de reconhecimento formal pode servir de instrumento de pressão. O terceiro é regional: o Brasil foi, em 2025, o maior comprador das exportações argentinas, com US$ 12,8 bilhões, de modo que a frieza custa mais a Buenos Aires do que a Brasília. O quarto é financeiro: o dólar saltou 11% na segunda-feira após o resultado, reação que reflete sobretudo a eleição em si, mas que o ruído externo não ajuda a acalmar. A verdade é que o país vai se isolando dentro do próprio continente.

Enquanto isso...

Há a hipótese de que o processo tenha tomado rumo contrário à lógica, isto é, de que uma diferença de mais de 4 milhões de votos, apurada e totalizada pela Justiça Eleitoral sob a fiscalização dos partidos, simplesmente se desfaça, é empurrada um pouco mais para os confins da matemática. É fato que o Brasil não precisa de aval estrangeiro para saber quem o sistema elegeu. Embora precise manter o respeito por parte da comunidade internacional. É a certeza que mantém uma democracia honesta de pé, não o contrário.

» A frase que foi pronunciada

"Não haverá mais eleições aqui para que eles (os partidos da oposição) possam tentar tomar o governo, tomar o poder."

Daniel Ortega

» História de Brasília

Um dos deputados mais visitados em Brasília é o sr. Anísio Rocha, que recebe uma média de 50 goianos por dia. Como seu apartamento às vezes está fechado, os visitantes apelam para o vizinho. (**Publicada em 27/5/1962**)